

## REFORMA CONSTITUCIONAL



O senador José Sarney não crê que haja "quorum" para votar reformas

# Sarney: Nova Carta não virá este ano

*Para ele, é impossível ao Congresso votar a reforma*

"A menos que o Governo decida enviar uma proposta ao Congresso, reformando a Constituição, não haverá condições de votar-se qualquer revisão constitucional este ano" — afirmou o presidente do PDS, senador José Sarney, ao ressaltar que, ainda que fosse apresentada hoje, uma emenda de iniciativa parlamentar neste sentido só conseguiria ser lida no próximo ano.

O senador discorda, ainda, da tese de elaboração de nova Carta Magna pelo atual Congresso. A seu ver, a Constituição de 67 po-

deria ser adaptada à nova realidade nacional através de uma emenda ampla, o que eliminaria inclusive a necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte para votá-la.

Além da hipótese de uma emenda governamental neste sentido, Sarney apontou uma segunda alternativa que viabilizaria a reforma constitucional pelo atual Congresso: a apresentação da emenda em regime de urgência, a partir de sua subscrição por 2/3 dos parlamentares. O próprio presidente pedessista, contudo, elimina esta possibili-

dade sob o argumento de que seria "praticamente impossível" reunir, em plena campanha eleitoral, o quorum parlamentar necessário para imprimir urgência à tramitação da matéria.

Indagado sobre a movimentação junto ao Governo de membros da cúpula pedessista favoráveis à idéia, o senador Sarney esclareceu que "nossas posições já são conhecidas, e o Governo poderá tomar a iniciativa de propor a reforma desde que julgue conveniente. Até o momento, contudo, não tenho conhecimento de qualquer decisão do Executivo neste sentido".

## Para Nelson, prerrogativas volta em 82

O presidente da Câmara, Nelson Marchezan, afirmou-se ontem confiante em um consenso interpartidário em torno da apresentação, em regime de urgência, de uma emenda constitucional devolvendo as prerrogativas do Poder Legislativo. Segundo a previsão do deputado gaúcho, proposta neste sentido deverá ser formalizada ao Congresso ainda neste primeiro semestre.

Para tramitar em regime de urgência, a matéria deve ser inscrita por 2/3 dos parlamentares, o que Marchezan considera possível através de um acordo entre os líderes partidários. Desta forma, se for lida ainda em maio, a emenda restaurando os poderes do Congresso deverá ser

votada até o final de setembro.

Lembrando ser a devolução das prerrogativas compromisso que assumiu durante sua campanha pela presidência da Câmara, o deputado gaúcho revelou que a idéia já reúne consenso entre os líderes dirigentes de seu partido. Quanto à obtenção de apoio por parte das demais legendas, argumentou que nenhum parlamentar se posicionará contra a restauração de seus próprios poderes.

O deputado Nelson Marchezan admitiu, ainda, a possibilidade do restabelecimento do quorum parlamentar de 2/3 para a aprovação de emendas constitucionais mas como uma medida para depois da conquista das prerrogativas. Ressaltou, contudo,

que não existe nenhum compromisso pessoal, ou mesmo do Partido, em relação a esta idéia, embora alguns membros da própria cúpula pedessista sejam favoráveis não só a esta medida como também a teses como a reforma constitucional.

O presidente da Câmara informou que a comissão pedessista que estuda a devolução dos poderes parlamentares voltará a reunir-se na próxima semana, ocasião em que o deputado Célio Borja apresentará um anteprojeto sobre o assunto. A partir daquele texto, o debate das prerrogativas se estenderá a todos os órgãos partidários, para só então ser discutido interpartidariamente.

## Dalla propõe 504 cadeiras na Câmara

Aumentar de 420 para 504 deputados o número de cadeiras da Câmara, fazendo com que todas as bancadas estaduais se beneficiem da medida, é a proposta que o senador Moacir Dalla apresentará na próxima semana ao Congresso Nacional em substitutivo a três emendas constitucionais de autoria dos deputados Francisco Amaral, Aroldo Moleta e Evandro Ayres de Moura, das quais é relator na Comissão Mista. O senador disse que não tem luz verde do Governo para a matéria, mas conta com apoio do líder do PDS no Senado.

De acordo com sua sugestão, todas as bancadas seriam aumentadas ou, pelo menos, como é o caso do Paraná, não perderiam representantes para outros estados. São Paulo, hoje no limite máximo de uma bancada, ganharia mais cinco cadeiras, passando a ostentar 60 parlamentares. O Rio de Janeiro crescerá de 46 para 48; Minas, de 47 para 57, figura como o maior aumento proposto. O Rio Grande do Sul, pela lei vigente perderá duas cadeiras, se aprovado, porém, o Substitutivo Moacir

Dalla, ganharia mais uma além, das 32 que possui.

O senador explicou ontem que decidiu encaminhar seu parecer para o aumento de 420 para 504 cadeiras baseando-se nas colocações do Palácio do Planalto segundo as quais as mudanças políticas ficariam, a partir de agora, a critério dos parlamentares. E informou que depois de ter levado o esboço do parecer do líder, também o senador Nilo Coelho passou a apoiá-lo.

O substitutivo, para o qual o senador Moacir Dalla começa a colher assinaturas na próxima semana, não traz nenhuma correção automática das cadeiras da Câmara para o futuro, porque, de acordo com o relator, isso depende de iniciativa dos parlamentares na ocasião que eles acharem oportuna.

Disse ainda que preferiu esta sugestão porque o aumento proposto gerará despesas mínimas, já que a Câmara tem espaço físico suficiente para a instalação dos novos deputados e depois, lembrou, o Congresso Nacional é o que menos gasta dos poderes.

## Lucena: Lobão pretende o casuismo constitucional

O projeto do deputado Edison Lobão (PDS-MA), estabelecendo o quorum qualificado de dois terços e alterando o Colégio Eleitoral, "é a maior prova de que o Governo está certo de sua derrota nas próximas eleições", segundo afirmou ontem o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena.

O líder do PMDB entende que com esse projeto o Governo pretende aproveitar a maioria do atual parlamento para promover mudanças na Constituição antes que não possa mais fazê-las". Isso, segundo ele, "representa, na verdade, um casuismo a nível constitucional, depois de tantos casuismos legislativos".

### CINISMO

Já o secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, classificou de "expressão de cinismo, do casuismo do Governo" a emenda do deputado Edison Lobão (PDS-MA), reestabelecendo o quorum qualificado de dois

terços e alterando a composição do Colégio Eleitoral que elegerá o próximo Presidente da República.

— Essa emenda — disse o Deputado — é uma tentativa de eliminar o resultado das eleições de 15 de novembro, retirando dos futuros parlamentares a menor condição de alterar a Constituição da República. Eles pretendem estabelecer regras que não poderão ser alteradas por uma possível maioria que a Oposição venha a conquistar no futuro pleito.

Entende Chico Pinto que a emenda do deputado maranhense, "é a escamoteação da vontade das urnas". E ele considera que o atual Congresso, já ao final de seu mandato, "não tem autoridade — nem moral nem política para criar dificuldades à atuação dos que forem eleitos, sobretudo levando em conta que após a anistia parcial, muitos dos punidos voltarão a participar da vida pública".

## Cantídio admite equilíbrio após 15 de novembro

O sertanista Apoena Meireles, delegado da Funai em Rondônia, teve ontem seu afastamento do cargo solicitado, na Câmara, pelo deputado Antonio Morimoto, do PDS de São Paulo e agora se transferindo para aquele ex-Território Federal.

Morimoto dá suas razões: "em entrevista ao jornal 'O Estado de Rondônia', Apoena, fazendo alarde sempre de suas posições nitidamente esquerdistas, salientou mais uma vez, nesta entrevista, sua ojeriza gratuita à classe dos políticos em geral (classe a que me orgulho de pertencer há quase trinta anos) e por este deputado em particular. São palavras suas, textuais, segundo o jornal já citado: 'Não sou político, não gosto de política e não faço política'".

## PT define sua posição sobre mais vagas

O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Evandro Carreira, afirmou ontem que somente na próxima semana é que o Partido tomará uma posição sobre o projeto de aumento do número de deputados de 420 para 502, mas já fixou posição contra a proposta de triplicação do número de vagas, dos deputados Antônio Amaral (PDS/PA) e Haroldo Moletta (PMDB/PR).

Para o Senador, que é candidato de seu partido ao governo do Amazonas, o PT através de um plantão permanente no Senado, se manifestará sempre contrário à qualquer modificação das atuais normas eleitorais, especificamente quanto à triplicação do número de vagas para candidatos a deputado federal nas próximas eleições. Esse aumento, segundo afirmou, "é um recurso que os dois partidos patronais, PDS e PMDB, defendem apenas para agasalhar os componentes das várias correntes que compõem as frentes que eles representam".

## Quorum de 2/3: Governo tem pressa

RITA MARIA

O restabelecimento do "quorum" de dois terços deverá ocorrer ainda nesta legislatura, pois a cúpula do PDS está convencida de que esse é o desejo do Governo. A medida viria sustar as chances das Oposições, em maioria na Câmara, de tentarem promover mudanças na Constituição principalmente com relação às eleições diretas para Presidência da República e para alterar princípios básicos instituídos pela Revolução, bem como aqueles restritivos à mudança da legislação no setor econômico.

O problema é apenas de oportunidade, no que predominará, então, a tese defendida por um grupo do PDS que não vê porque anteciparem os dois terços agora: seria como dar logo às oposições a "chave do cofre", ou seja, a cópia com a qual poderão abrir a caixa do banco, onde estaria o resultado das eleições de novembro. Se ganharem terão alguns direitos, caso contrário, o PDS mantém seu predomínio no Congresso.

De acordo com importante dirigente do PDS, no momento, o Governo vem avaliando as consequências de uma tentativa precipitada de restabelecer os dois terços, certo de que até novembro dificilmente conseguiria colocar 211 deputados e 34 senadores em plenário para aprovar qualquer emenda constitucional neste sentido.

Por outro lado, ao contrário do que pensa uma corrente do partido, esse "quorum" seria mais facilmente obtido depois de novembro. É verdade que por força de mecanismos capazes de seduzir os derrotados nas urnas a prestar um último mas marcante serviço ao partido e ao Governo, numa demonstração de consenso do PDS. O que é tido como inviável é tirar o pessoal das campanhas para qualquer votação.

Depois, nessa linha de pensamento, há uma corrente com ponderável opinião que adverte no sentido de não ser impossível um resultado surpreendente e inesperado em novembro, com o PDS fazendo maioria na Câmara e Senado: "tudo é possível". Nesse caso, se já estivesse restabelecido o quorum de dois terços, o partido estaria dependente das oposições, pois a elas caberiam completar o número suficiente a qualquer votação, ou seja, teriam em mãos "a chave do cofre do banco".

Há quem considere ainda o Senado, onde o Governo contará com maioria do PDS — porque das 22 cadeiras em disputa 16 são das oposições, bastando ao partido oficial conquistar cinco a sete delas para manter sua confortável posição atual. Dessa maneira, mesmo perdendo a maioria na Câmara estaria aberta a porta para negociações, já que os projetos polêmicos oposicionistas teriam que gerar acordos, ou, caso contrário, emperraria o Legislativo. Esse canal de diálogo não vem sendo esquecido nas avaliações que estão sendo feitas.

Os indícios mais claros são de que melhor será apurar os resultados de novembro, para definir as conveniências do PDS e Governo em restabelecer o quorum de dois terços. Se for para isso, o partido seria convocado extraordinariamente a partir de cinco de dezembro.

Enquanto isso, o PDS se ocupará de elaborar um projeto de restauração das prerrogativas que lhe foram tiradas pelo AI-5, tese que com propriedade vem sendo defendida pelo deputado Nelson Marchezan, pois elas seriam permutadas com os dois terços. Seu desejo é de ter o trabalho concluído até início de junho, para votação ainda neste semestre, porque para mudanças constitucionais de parte o Congresso precisa ter independência. Mas em contrapartida, deverá concordar com os dois terços pretendidos pelo Executivo e que não representa muito, já que as democracias mais importantes do mundo também dispõem de obstáculos para a alteração da carta magna.

## Magalhães defende eleições indiretas

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, defendeu ontem a eleição do próximo Presidente da República pela via indireta, mas não mais pela maioria absoluta dos votos do colégio eleitoral, e sim pela votação majoritária. O PDS, assim, segundo explicou, faria o próximo Chefe de Estado, que será eleito em 1984.

Magalhães defendeu ainda a vinculação de votos também para Presidente da República, isto é, a obrigatoriedade de apresentação de candidatos por todos os Partidos, e a proibição para que um membro de um Partido vote um candidato de outro. Após eleito o próximo presidente — continuou o governador — "nada impediria que o PDS fizesse uma composição, a nível do Congresso, para conseguir a maioria absoluta".